



Conselho Municipal do Idoso

LEI MUNICIPAL Nº. 791/91, REVOGADO PELA LEI 1.615/97 e ALTERADO
LEI 1.966/01, LEI 2.498/07, LEI 2.584/08 E LEI 2.692/10.

ORGÃO DE DEFESA DO IDOSO

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO, CONVOCADA PARA O DIA 14 DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE, ÀS 9 HORAS, NA CASA DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA.

Aos catorze dias do mês de maio do ano dois mil e treze, na casa de Participação Comunitária, à Av. Alberto I, nº 119, no bairro da Ponta da Praia em Santos/SP, às 9 horas e quinze minutos, em segunda chamada com a participação dos conselheiros para de acordo com o Edital de Convocação publicado no Diário Oficial da cidade de Santos/SP no dia 12/05/2013, deliberar a seguinte ordem do dia: **1- Apreciação e Deliberação da Ata da Assembleia Geral ordinária de 09 de Abril de 2013. 2- Apreciação e Deliberação da Proposta de Minuta sobre procedimentos a serem adotados pelas instituições de Longa Permanência. 3- Informes da Diretoria Executiva. 4- informes da Câmaras Setoriais e Grupos de Trabalho. 5-Assuntos Gerais.** Sra. Rosa Testa inicia a Assembleia e justifica que a secretária, Sra. Flávia Valentino por problema pessoal não pode elaborar a Ata em tempo hábil Solicitou ao Colegiado a apreciação na Assembleia seguinte. A sra. Presidente faz menção ao dia das Mães, perguntando como todos comemoram este dia. Salientou a importância da família e preservação da memória de nossas mães. Item 2 - Sra. Cida iniciou apresentação em Power Point da minuta elaborada pelo Grupo sobre procedimentos a serem adotados pelas instituições de Longa Permanência. Sra. Rosa pede licença e informa que na AGO de 08 de janeiro p.p. o assunto foi posto para apreciação a pedido desse Grupo. Naquela data após a exposição da minuta, a conselheira Maria Aparecida disse que o assunto requeria uma reunião com a promotoria e maiores estudos. Assim sendo, a assembleia deliberou pelo aprimoramento da minuta apresentada. Após a leitura, discussão e alterações, a minuta foi colocada em votação. Deliberado: aprovado o texto. O Sr. Paulo Henrique presta esclarecimentos acerca do Projeto do Fundo Municipal do Idoso e fala sobre a importância da parceria do Estado com a Secretaria de Gestão. Informa ainda, que o Fundo iniciará com verba externa de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). O processo que o Conselho iniciou e efetivou, é o que será efetivado na Câmara. Frizou que é uma vitória do Conselho. Está em andamento também a vinculação do Conselho do Gabinete do Prefeito. O Sr. Paulo Henrique parabeniza pelo esforço, é uma conquista muito grande. O Conselheiro Edson Nascimento diz não concordar que o FMI seja vinculado ao Gabinete; considera que com isso consta de Resolução do CNDI. Os Fundos do Brasil são vinculados aos Conselhos a que pertencem. O Sr. Paulo Henrique informa que o que está sendo efetivado e enviado para a Câmara é o elaborado pelo CMI. O Sr. Paulo Henrique informa ainda que o Fundo da Criança está lá, estamos seguindo os mesmos procedimentos. A Sr. José Luiz diz que no mês de abril de 2011 foi apresentada proposta e que algumas situações foram pontuadas, e em consequência dessa fala do Sr. Paulo Henrique, continua no firme propósito de que seja levada em consideração a apuração das responsabilidades pela demora no prosseguimento do mesmo. O Sr. Paulo volta a deixar claro que é uma conquista do Conselho, nos moldes do processo encaminhado pelo Conselho. Enquanto representante do Governo está discutindo a feitura de um Fórum sobre Violência, estando em negociação. O Conselho Estadual é realmente um grande parceiro, devemos agir como protagonistas e por isso o Conselho do idoso dá certo. E nesses fóruns, isso vai ser fundamental, Sra. Rosa diz que voltaremos a conversar sobre o evento do Fórum da Violência. O Sr. Carlos Teixeira, vereador da cidade, se apresentou e fala que o processo do Fundo esbarrou em questões da Procuradoria, o importante é avançarmos. O Fundo do Animal foi aprovado e o Fundo do Idoso, ainda não. Diz que no início da Legislatura, um vereador apresentou um projeto semelhante, sendo que conversou com o mesmo, explicando que já existia uma minuta elaborada pelo CMI desde 2011. As emendas podem ser apresentadas pelos vereadores. Sobre a questão da responsabilidade do

55 gabinete, disse que o idoso é política de todas Secretarias e ao ser vinculado ao gabinete, o
56 governo está dando a devida importância. Diz que na Coordenadoria da Mulher, às vezes,
57 discutia-se isso, em que não havia necessidade da coordenadoria, hoje vemos a
58 importância. Disse também que o Governo acertou, existem políticas públicas sendo
59 elaboradas e nós esperamos que chegue o mais rápido possível para darmos andamento.
60 Sr. José Luiz faz leitura do texto técnico acerca dos Fundos Especiais. Complementa
61 dizendo que se fosse possível criar uma Câmara de Sindicância sobre a tentativa de criação
62 do Fundo Municipal do Idoso, foram 91 trâmites. Várias solicitações foram feitas ao CMI. Sr.
63 Carlos Teixeira diz que o Fundo Municipal da Criança devolvia verbas. Diz que executou
64 enquanto secretário noventa por cento dos recursos, antes não era assim. Agora temos que
65 passar isso para o Legislativo, o governo vai sancionar e pronto. Sr. José Luiz pergunta
66 quem mais pode apurar as responsabilidades. Sra. Rosa diz que é questão de avançarmos,
67 diz também que na Reunião de Diretoria Executiva foi deliberado pela publicação de uma
68 errata no Plano de Ação de 2013 quanto a Coordenação do Grupo de Trabalho do Fundo
69 Municipal do Idoso, informando que a coordenação do grupo é de responsabilidade do
70 conselheiro José Luiz. Sra. Rosa a comentou sobre sua presença na reunião realizada no
71 gabinete do Prefeito Municipal sobre o Projeto das Calçadas para Todos, diz que é uma
72 meta deste governo a acessibilidade e urgência das calçadas para todos. Diz que é um dos
73 assuntos de maior queixa na Ouvidoria Municipal. Informa que recebendo maiores
74 informações transmitirá ao Colegiado. Convida o Conselho para participar da audiência
75 pública sobre o assunto no próximo dia 27 de maio, às 9:30h, na Associação dos
76 Engenheiros e Arquitetos, o Conselho deve estar junto e atuante nisso. Fala também das
77 reuniões sobre Diálogos da Cidadania, que como representante participa da organização
78 desse encontro sobre Diálogos da Cidadania. Um dos objetivos é o de criar um espaço de
79 debates que permita divulgar as funções dos Conselhos. Serão cinco encontros, onde serão
80 discutidos o papel dos Conselheiros, a questão dos direitos humanos, a transversalidade,
81 entre outros. Informa também que iniciará a aproximação com o Conselho da Saúde e da
82 Mulher. Temos 26 Conselhos e 3 Comissões, então é muito importante nossa participação.
83 Agradece a participação do Conselheiro Oswaldo nos Diálogos da Cidadania. Sra. Rosa
84 comenta sobre o Dia Nacional do Enfrentamento à Violência em 15 de junho próximo.
85 Devemos pensar juntos sobre esta data. Sr. Paulo Henrique diz que o que há de
86 confirmação é a vinda da Sra. Marília Berzins para o Fórum em Setembro. Sr. José Luiz
87 pede cessão do espaço da ATMAS e sobre a vinda da Sra. Sandra Gomes para uma
88 palestra. Sra Rosa diz não saber se há tempo hábil. Coloca como sugestão para o Encontro
89 Santista a vinda da psicóloga Sra. Sandra. Sr. Paulo Henrique diz que podemos elaborar
90 melhor essa ideia para o Encontro Santista. Sr. Luiz Carlos fala que local não será problema.
91 Sra. Rosa sugere que a Câmara de Planejamento e o grupo de Enfrentamento à Violência
92 agendem uma reunião o mais rápido possível. Informa que foi convidado para AGO de
93 junho, representante do CREAS, para falar sobre as denúncias recebidas, e resolutividade.
94 A data da reunião , após a discussão encerrada, ficou agendada para o dia 15 de maio às
95 9:00 h na Casa dos Conselhos. Sra. Rosa convida todos para a V Conferência da Cidade de
96 Santos, que irá tratar sobre vários assuntos importantes, que será no dia 18 de maio das
97 8:00 às 17:00 h, na UNISANTA, Cesário Mota, 4º andar. Sra. Dulce, Representante da
98 COHAB, comenta que em breve será a Conferência da Habitação e irá avisar para o
99 colegiado. Item 3- Sra. Rosa comenta o envio dos ofícios, números 40/13, 62/13 e 63/13,
100 atendendo deliberações da assembleia anterior. Com relação ao condensado de leis do CMI
101 elaborado pela Câmara de Legislação, a Diretoria solicita aguardar melhor oportunidade.
102 Solicita a elaboração do trabalho, conferindo se já foi realizado e consta no relatório da VIII
103 Conferência. A AGO deliberou pela não deliberação IX Conferência Municipal, será feita
104 apenas Eleitoral. Sr. José Luiz comenta a Lei 2.498/97 e fala sobre a competência do
105 Conselho de organizar a Conferência Municipal. **Item 4** - A Câmara de Planejamento sugeriu
106 o uso de crachás quando tiver votação e também sugeriu a Capacitação Continuada. Sra.
107 Rosa diz que isso ocorrerá no Diálogos da Cidadania. Fala que o Conselho fez estudo sobre
108 a frequência/ausências e a necessidade da notificação dessas ausências aos responsáveis

109 pelas indicações. O Grupo de Enfrentamento à Violência sugeriu um Termo de
110 Responsabilidade para os abrigados nas ILPIs contemplado pela minuta apresentada.
111 Comenta que o grupo da violência está visitando hospitais e traz dúvida sobre o atendimento
112 preferencial, o que é urgência e emergência. Sra. Ângela, Conselheira da Secretaria de
113 Saúde, esclarece sobre a rede de urgência e emergência. Fala que o que modifica é o
114 atendimento com classificação de risco, que é com o profissional que avalia e já encaminha.
115 Sra. Rosa comenta que em agosto será exposta essa questão em AGO. Informa sobre
116 ofícios enviados à entidade São Francisco de Assis pela suspensão de certificado, e os
117 enviados à Casa do Sol e Lar Evangélico sobre lista de vagas conveniadas. Informa ainda
118 que o Grupo ILPIs solicita emissão de Certificados à Instituições de Longa Permanência:
119 Morada do Tempo, Santo Antônio e Instituto Energia, posto em aprovação: deliberado. Sr.
120 Carlos Teixeira menciona a necessidade do munícipe ser melhor orientado sobre o número
121 de vagas conveniadas existentes e que há uma fila que deve ser respeitada, de forma que a
122 pessoa vá e volte ao setor. O Sr. Carlos Teixeira, lembra da demanda de idosos em
123 condição de convalescença e que não existe esse serviço. Às vezes o caso não é de
124 internação, entrou com requerimento solicitando Casa de convalescença. Sra. Ângela fez
125 explanação sobre a questão dos cuidadores, que agora a profissão foi regulamentada e isso
126 deverá sofrer reformulação, perante a Secretaria da Saúde nos cursos de cuidadores de
127 idoso ministrado até o presente. Deverá haver um estreitamento com programa de
128 internação domiciliar. Temos que fazer fóruns e debates sobre o assunto Sr. Carlos Teixeira
129 diz que estamos atrasados nesse debate. As Secretarias de Assistência e Saúde devem
130 estar juntas. Sra. Rosa fala sobre o PID e atendimentos que pudessem ser feitos citando
131 como exemplo: Idosos só em domicílio não podem ser atendidos. Sra. Ângela diz que na
132 internação domiciliar não pode ser o cuidador. Nem o PID e PAD. Não existe atendimento
133 domiciliar sem um responsável na residência. Não há verba para isso. Sra. Rosana Gomes
134 diz que não é atribuição da Assistência Social quando o idoso precisa de atendimento 24
135 horas, o momento é outro, existe um hiato nisso. Há idoso que mora sozinho, não é
136 internação domiciliar, é outro universo. A aproximação da coordenadoria com o PID já é um
137 avanço. Sra. Ângela diz que a intenção da internação domiciliar é outra, não é possível um
138 cuidador 24 horas na residência, senão deveria ter quatro cuidadores por dia na casa do
139 idoso. Na Europa existe o Cuidador Social e há necessidade de se pensar em outras formas
140 criativas. Sr. Carlos Teixeira fala sobre a possibilidade de se fazer comissões especiais. Sra.
141 Ângela fala sobre a necessidade da inserção de verbas no SUAS. Sra. Eliza fala sobre a
142 criação de suporte social ao idoso e a necessidade de se discutir isso, qual o papel do poder
143 público. Vamos abrir o diálogo, tem que ser uma bandeira do Conselho. Sr. Carlos Teixeira
144 fala sobre Condomínio Solidário, projeto parceria SEAS e CMI. **Item 5** - Sr. José Luiz faz a
145 entrega de diversas legislações que ficarão a disposição no Conselho. Sra. Presidente deu
146 por encerrada a reunião e eu, Oswaldo da costa, secretariei os trabalhos com a prestimosa
147 colaboração da Sra. Luciana Ferreira de Oliva e assino a presente Ata conjuntamente com a
148 Sra. Presidente Rosa Maria Testa. Santos, 14 de maio de 2013.

149
150
151
152

Rosa Maria Testa
Presidente

Oswaldo da Costa
2º. Secretário